

DIA NACIONAL E LATINO-AMERICANO DE LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

PELO DIREITO À VIDA: O MASSACRE CONTINUA

Em 19 de agosto de 2004, pessoas em situação de rua que dormiam nas ruas do centro da cidade foram atacadas brutalmente, fato marcado como o massacre da Sé. Os ataques resultaram em 7 mortos e 8 feridos, gerando impacto nacional e internacional que culminou em uma série de atos, missas, procissões e diversas manifestações que exigiam justiça para esse grupo historicamente vulnerabilizado. Até hoje ninguém foi punido pelos crimes bárbaros.

É a partir dessa mobilização que se forma o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), primeiro movimento auto-organizado a partir da luta das pessoas em situação de rua. Esse episódio de violência marca a articulação desse grupo para a construção de uma luta por e para a rua, que hoje em São Paulo congrega também o Movimento Estadual da População em Situação de Rua (MEPSR-SP) e o Movimento Nacional em Luta pela Defesa das Pessoas em Situação de Rua (MNLDPSR), todos atuando em busca da afirmação de direitos.

Apesar das nossas reiteradas reivindicações e lutas em defesa da população em situação de rua desde o massacre até aqui, principalmente, pelo acesso à moradia, ao emprego, à saúde e condições mais dignas de vida, seguimos sendo massacrados. Com a pandemia do coronavírus, impossibilitados do necessário isolamento social e acesso a cuidados de higiene, ficamos totalmente expostos aos riscos de contaminações e mortes. O alto índice de desemprego, a perda de renda e o aumento de despejos, aliados à falta de suporte do Estado, geraram o agravamento das vulnerabilidades sociais, colocando muitas crianças, mulheres e famílias pela primeira vez em situação de rua. Além disso, há um grande número de migrantes em situação de rua sem nenhum apoio. Nesse contexto, a necessidade de garantia de moradia a todos tornou-se ainda mais urgente, ressaltando como o modelo existente de atenção à população em situação de rua é falho e insuficiente. Infelizmente, após 17 anos do massacre da Sé, continuamos sem políticas públicas efetivas para a saída digna da rua, mas o desprezo e o cenário de ódio se mantêm forte contra a população em situação de rua.

No último dia 03 de agosto, aconteceu, no centro de São Paulo, um ato em que dezenas de pessoas marcharam escoltadas pela Polícia Militar e pela GCM, contra a presença da população em situação de rua e os trabalhadores ambulantes na região central de São Paulo. As reivindicações do protesto contrariam toda a luta da população em situação de rua e não olham para a necessidade de uma solução digna para mudança da nossa realidade. Os manifestantes

atribuem injustamente à população em situação de rua a contribuição para um cenário de insegurança pública e manutenção da cidade suja, e não cobram dos verdadeiros responsáveis para que a população em situação de rua tenha acesso a trabalho, renda, moradia e saúde. As agressões a esse público também se apresentam na criminalização dos atos de solidariedade, como na denúncia recente pelo Padre Júlio Lancelotti sobre a repressão de distribuição de marmittas pela Pastoral do Povo da Rua na região da Luz, conhecida como Cracolândia. Os voluntários foram acusados de “atrapalharem” o trabalho da Polícia Militar (PM). O caso repercutiu quando a ação da PM foi defendida pela Deputada Janaína Paschoal em sua rede social, insinuando que o trabalho voluntário que ocorre na região “fomenta o crime”.

Nós, movimentos e entidades da sociedade civil, seguimos denunciando a violência contra a população em situação de rua, bem como a perpetuação da situação de vulnerabilidade social e desassistência estatal. Estaremos na quarta-feira, dia 18 de agosto, na Câmara Municipal reivindicando que os legisladores cumpram com as responsabilidades para a dignidade da população em situação de rua. E no dia 19 de agosto, teremos um ato iniciando na Praça da Sé e finalizando na prefeitura, para reivindicar que o Prefeito da Cidade de São Paulo receba os movimentos e estabeleça conjuntamente com eles uma agenda efetiva de políticas públicas. Solicitamos que, nesta agenda com o prefeito, também participem os Secretários e Secretárias Municipais de Habitação, de Direitos Humanos e Cidadania, de Assistência e Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Econômico e Trabalho para pautar demandas fundamentais da população em situação de rua.

Por fim, completando a agenda do Dia Nacional e Latino-americano de Luta da População de Rua, teremos na quinta-feira à tarde diversos atos em defesa da população em situação de rua em outras cidades brasileiras e em países latino-americanos.

Neste dia de luta, reivindicamos:

Da Câmara Municipal dos Vereadores e Vereadoras:

- 1) Criação da Renda Básica de Cidadania (permanente, universal e incondicional);
- 2) Investimento em moradia digna para população por meio da implementação do Serviço de Moradia Social, do projeto Moradia Primeiro e da efetivação da promessa de destinação de 50 milhões de reais para obras de reforma e requalificação de nove edifícios para Locação Social para população em situação de rua;
- 3) Permanência e ampliação das vagas de acolhimento em Hotéis;
- 4) Representar os interesses da população em situação de rua através do comprometimento em aprovar e manter o texto o mais próximo possível do interessado à população dos Projetos de Leis que se volte à questão da rua sendo eles:

PL 26/2017 - Poprua e zeladoria urbana;

PL 118/2021 - Despejo zero;

PL 253/2021 - Plano municipal para criança e adolescente em situação de rua;
PL 619/2016 - Plano Municipal de Habitação;
PL 358/2021 - Restaurantes populares municipais;
PL 48/2021 - Gratuidade transporte público para idosos maiores de 60 anos;
PL 90/2021 - Política de Assistência Social;
PL 421/2021 - Programa TransCidadania;
PL 166/2021 - Benefício para a garantia de emprego a microempreendedores, microempresas, e empresas de pequeno porte;
PL 49/2021 - Proibição de dispositivos arquitetônicos para impedir pessoas em situação de rua nos espaços públicos da cidade.

Do prefeito, secretárias e secretários:

- 1) A necessidade de uma reunião com a presença do Prefeito da Cidade de São Paulo junto com a SEHAB, SMDHC, SMADS e SMDDET;
- 2) Reconstrução e reinauguração do marco histórico do massacre na Praça da Sé;
- 3) Publicação do decreto regulamentador da Lei nº 17.252 (Política Municipal da PopRua), conforme proposta feita pelo Comitê PopRua;
- 4) Investimento em moradia digna para poprua por meio da implementação do Serviço de Moradia Social, do projeto Moradia Primeiro e da efetivação da promessa de destinação de 50 milhões de reais para obras de reforma e requalificação de nove edifícios para Locação Social para população em situação de rua;
- 5) Enquanto não se cria programas permanentes para essas questões, fomentamos a necessidade do aumento da capacidade e continuidade do Programa Rede cozinha cidadã e da Ação Vidas no Centro, com maior oferta de banheiros acessíveis à PopRua;
- 6) Retomada e ampliação das vagas do Programa Operação Trabalho para poprua e efetivação do Decreto nº 59.252 que prevê o mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho em todas as contratações da prefeitura para poprua;
- 7) Programas de articulação com empresas para contratação de poprua (trabalho de sensibilização);
- 8) Permanência e ampliação das vagas de acolhimento em Hotéis;
- 9) Fortalecimento do Comitê da Política Municipal da População em Situação de Rua, com aumento de sua equipe, garantia de presença das secretarias de governo, bem como condições de participação efetiva dos seus membros, em particular a própria população de rua;
- 10) Estabelecimento de um novo fluxo para garantir acesso à população em situação de rua aos canais de denúncia de violações de direitos humanos da Prefeitura, bem como a participação efetiva do Comitê Poprua no controle e avaliação dos processos de apuração e encaminhamento de tais denúncias, como dispõe a Lei nº 17.252/2019;

- 11) Em especial, em razão do grande número de denúncias sobre os Centros de Acolhida recebidas pela sociedade civil, que SMADS oferte acolhimento com mais qualidade e garanta acesso do Comitê Poprua aos equipamentos e as Supervisões de Assistência Social, garantindo a escuta dos denunciantes e fiscalização efetiva das SAS sobre os serviços;
- 12) Retomada do Programa Renda Básica Emergencial.

Assinam:

Movimento Estadual da População em Situação de Rua
Movimento Nacional da População em Situação de Rua
Movimento Nacional de Luta pela Defesa da População em Situação de Rua
Fórum da Cidade de Defesa da População em Situação de Rua de São Paulo
Pastoral do Povo da Rua

Apoiadores:

Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (CDHLG)
Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
Centro de Convivência É de Lei
Associação Rede Rua
BibliASPA
Br Cidades - Núcleo São Paulo
Central dos Movimentos Populares (CMP)
Cooperativa Habitacional Central do Brasil
Família Stronger
Organização do Auxílio Fraternal (OAF)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Sindicato dos Bancários de São Paulo
Sindicato dos Comerciários de São Paulo
Bancada Feminista do PSOL
Mandato Vereador Eduardo Suplicy
Mandato Vereadora Erika Hilton
Mandato Vereadora Juliana Cardoso
Mandata Coletiva Quilombo Periférico
Mandato Deputado Orlando Silva
Mandata Quilombo Deputada Érica Malunguinho

"Se da rua querem nos tirar, moradia e trabalho já!"

**Dia Nacional e Latino-americano de Luta da
População em Situação de Rua**